

GT 04 – Coleções, colecionadores e práticas de representação

A Exposição Antropológica Brasileira de 1882:  
práticas de colecionamento e circulação de  
indígenas no Museu Nacional

Michele de Barcelos Agostinho

Os museus hoje tendem a reconhecer sua natureza essencialmente política e polifônica e a recusar preconceitos e invisibilidades na afirmação de identidades e na construção de representações acerca de coletividades. Mas, nem sempre foi assim. Nos museus do século XIX, pessoas “sofreram processo de deculturação violenta, ações contra seus valores, suas tecnologias, seus conhecimentos”.<sup>1</sup> As coleções do Museu Nacional e a Exposição Antropológica Brasileira de 1882 são bons exemplos disso. Ali, grupos indígenas foram classificados e hierarquizados, sendo a primitividade o princípio norteador adotado pelos homens de ciência de então.

No Museu Nacional, ao longo da década de 1870 e 1880, alguns indígenas passaram por coerções e constrangimentos. Outros estabeleceram alianças e diálogos com agentes do Império. Ainda que sob relações assimétricas de poder, a circulação de indígenas no espaço museológico, bem com fora dele, em ação conjunta com colonizadores, foi fundamental para o “sucesso” dos projetos da instituição. É o que o nosso trabalho pretende mostrar ao tratar do envolvimento indígena nas práticas de colecionamento e de sua presença no Museu Nacional do Rio de Janeiro por ocasião da Exposição Antropológica Brasileira realizada no ano de 1882. Pretendemos, assim, recuperar protagonismos e subalternizações, silenciadas ou explícitas, que se constituíram no Museu Nacional e a refletir sobre o papel desta instituição nos regimes de representação da época.

O Museu Nacional, desde sua criação em 1818, centralizava os estudos das ciências naturais no Brasil. O Museu da Corte reunia coleções, estabelecia contatos e trocas com instituições estrangeiras, intermediava relações com naturalistas e, principalmente, esquadrihava o território e a população por meio dos estudos geológicos, botânicos, zoológicos, arqueológicos e etnográficos. A Exposição Antropológica Brasileira, nesse sentido, visava contribuir para o conhecimento acerca da nação, especialmente sobre a origem e evolução dos *primitivos* habitantes do Brasil.

A Exposição durou três meses e exibiu diferentes tipos de objetos: artefatos indígenas (vasos, flechas, machados, etc.), fotografias, pinturas, documentos, livros, além de moldes, crânios e esqueletos indígenas. Cerca de 800 objetos foram agrupados por área de conhecimento – antropologia, etnografia e arqueologia –, distribuídos em oito salas do Museu e expostos sistematicamente aos visitantes. Ali, montaram-se dioramas,

---

<sup>1</sup> João Pacheco de Oliveira. O Retrato de um Menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. *Revista Tempo*, v. 12, n. 23, Jul-Dez 2007, p. 107.

isto é, cenários que reproduziam o cotidiano da vida *selvagem* com esculturas confeccionadas em papel machê e em interação com objetos: homens em canoas e mulher carregando cesto, por exemplo. Os visitantes da Corte puderam, assim, imaginar as experiências não vivenciadas em ambiente urbano e civilizado.

A organização da exposição gerou uma demanda por coleções. Ladislau Netto, então diretor do Museu Nacional e idealizador do evento, foi à imprensa pedir remessas de objetos à instituição a fim de ampliar o acervo. Sabemos que, em 1870, o Museu Nacional possuía cerca de 360 objetos etnográficos e arqueológicos. Nesta época, das dez salas do prédio destinadas à exposição, quatro eram ocupadas por objetos da arqueologia e da etnografia<sup>2</sup>: a sala 6, que possuía nove armários dos quais um apenas apresentava coleções da arqueologia brasileira com cerca de 100 itens; as salas 7 e 8, que eram compostas por acervo estrangeiro; a sala 9, que tinha dezessete armários, sendo treze deles o lugar de guarda de, pelo menos, 260 objetos etnográficos de indígenas do Brasil.<sup>3</sup> Deste modo, as coleções etnográficas e arqueológicas do Brasil totalizavam pouco mais de 360 objetos.

Os *Relatórios Anuais* do Museu Nacional endereçados, na década de 1870, ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pasta ministerial a que estava vinculado, também dispõe de informações sobre o acervo. No relatório de 1874, relativo ao ano de 1873, consta o acréscimo de 116 “artefatos e curiosidades” dos índios do Amazonas ao acervo etnográfico, todos advindos da Comissão do Rio Madeira. No relatório do ano seguinte, temos mais de 30 objetos arqueológicos e etnográficos adquiridos. Por fim, em 1877 temos publicado o relatório que indica a aquisição de mais 112 objetos em 1876. Consta ali também que o espaço expositivo dobrou depois de uma reforma no prédio e com a qual dez novas salas foram criadas. Baseados nestes três relatórios, temos o registro de 258 novos objetos, aproximadamente.<sup>4</sup> Somados àqueles registrados no ano de 1870, chegamos ao número de 618 objetos arqueológicos e etnográficos.

Esse número nos dá uma dimensão do tamanho do acervo da instituição nos anos setenta do século XIX. Contudo, não podemos afirmar a quantidade exata das coleções

---

<sup>2</sup> A antropologia ainda não havia sido instituída no Museu Nacional, o que ocorreu apenas no Regulamento de 1876. As demais salas eram ocupadas com coleções da botânica, zoologia e mineralogia.

<sup>3</sup> Ladislau Netto. *Investigações Históricas e Científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Filomático, 1870.

<sup>4</sup> *Relatórios do Museu Nacional ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. 1874, 1875 e 1877. Disponíveis em <[www.museunacional.ufrj.br/obrasraras](http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras)>

em 1882, até porque não localizamos os relatórios dos anos seguintes. Além disso, não sabemos se os objetos etnográficos, de material frágil e de fácil deterioração, conservaram-se integralmente ao longo daqueles anos. É comum encontrar nos documentos da época, inclusive nas fontes aqui citadas, queixas de Ladislau Netto referentes à falta de espaço para guarda, classificação e exibição dos objetos. O espaço inadequado, apontam os documentos, prejudicavam a boa distribuição das coleções no Museu e dificultaram a contagem exata dos objetos colecionados.

De todo modo, Ladislau foi à imprensa e solicitou coleções a instituições e a particulares porque julgava insuficientes as que tinha o Museu Nacional. Empréstimos e doações foram constantes nos meses que antecederam a Exposição Antropológica. Pessoas e instituições, mobilizadas com o planejamento da mostra, remeteram ao Museu diversos objetos oriundos de múltiplos lugares do país e recolhidos sob as mais diversas circunstâncias. O próprio Ladislau, inclusive, percorreu o norte do Brasil coletando coisas que julgou importantes para figurar na Exposição.

No *Guia da Exposição Antropológica*<sup>5</sup> constam os nomes dos expositores junto aos objetos que compõem cada sala do circuito expositivo. São ao todo vinte e quatro pessoas e oito instituições<sup>6</sup> que enviaram suas coleções para o Museu Nacional. Analisaremos aqui os empréstimos e as doações realizadas pelas pessoas registradas no *Guia*. Junto aos seus nomes, temos o grupo indígena representado e os objetos que lhe são atribuídos. A partir daí, iniciamos nossa pesquisa, ainda não concluída, na hemeroteca da Biblioteca Nacional, na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional e em publicações disponibilizadas eletronicamente. As coleções referidas no *Guia* como pertencentes a “diversas tribos” foram desconsideradas, assim como também aquelas oriundas das instituições, tendo em vista que a ausência do registro dos respectivos colecionadores e grupos indígenas nos impossibilitou de recuperar minimamente a trajetória das coisas e, por conseguinte, as ações que envolveram a formação dessas coleções.

---

<sup>5</sup> *Guia da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1882.

<sup>6</sup> São elas: Biblioteca Nacional, Instituto Arqueológico Alagoano, Instituto Arqueológico de Pernambuco, Liceu do Ceará, Museu Paraense, Instituto Onze de Agosto do Maranhão, Museu Alagoano, Museu Paraense, além do próprio Museu Nacional.

## Das práticas de colecionamento

A pesquisa que iniciamos já nos revela uma diversidade de experiências coloniais, marcadas por violência, conflito, negociação e colaboração, que derivaram em práticas de colecionamento ao longo da década de 1870 e início da de 1880 no Brasil. Dos vinte e quatro expositores registrados no *Guia da Exposição*, fizemos o levantamento acerca de onze até o momento. Destes onze, sobre quatro não localizamos qualquer informação relativa ao modo como acessaram os objetos. Quanto aos outros sete, conseguimos indícios e mesmo registros contundentes que evidenciam a relação direta, ou mesmo indireta, dos colecionadores com as populações indígenas. Identificar estes personagens, suas trajetórias e as circunstâncias de coleta torna-se imprescindível para a pesquisa interessada na história do contato entre índios e não índios, considerando aí a cultura material como “matriz e mediadora de relações.”<sup>7</sup>

A tabela abaixo mostra os onze expositores por ordem alfabética, as coleções que formaram e as populações indígenas representadas nas coleções, de acordo com o que está posto no *Guia da Exposição*.

Expositor	Coleção	Grupo/Proveniência
Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque	Arcos, flechas, tacapes, aljavas, remos, pentes, colares, perneiras, cetros, tangas e objetos de pedra	Coroados, Guatós, Cabixás, Guanás, Galibis, Ipurinãs Parintintins / Mato Grosso e Amazonas
Barão de Teffé	Arcos, flechas, curabis, tacapes, aljavas, flautas, escudo, lança, rolos de fumo, vestimentas e fotografias.	Ucayale e Alto Amazonas
Capitão Joaquim Lourenço de Sá Ribas	Vasos de barro	Coroados / Paraná
Carlos Affonso de Assis Figueiredo	Arcos e flechas	Guanás / Mato Grosso
Conde D’Eu	Arcos, flechas, lanças e pulseiras	Karajá, Ipurinã e Guajajara
Cônego Amorim	Instrumentos musicais	Diversas tribos
Imperador Pedro II	Arcos, lanças, balestrinas, flechas, tacapes, vasos, patuás, bandeja, rede e vestimentas	Botocudos, Jurus, Peuas, Jurunas, Ipurinãs, Pareci, Arara, Cambebas, Karajá, Tembés, Tuxáuas e Parintintins

<sup>7</sup> Marcelo Rede. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*, v. 4, 1996, p. 274.

João Ferreira de Andrade Leite	Flechas	Botocudos
Le Maistre, ministro da Alemanha.	Fotografias	Botocudos
Major Martins Guimarães	Arcos e flechas	Coroados / Mato Grosso
Manuel Basílio Furtado	Lança, arcos, flechas e remos	Jauaperi / Rio Negro

Conde D’Eu, Cônego Amorim, Major Martins Guimarães e *Le Maistre, ministro da Alemanha*, estão entre aqueles expositores sobre os quais não conseguimos precisar as condições de formação da coleção. A coleção do Conde D’Eu, marido da princesa Isabel, é extensa e diversa, com objetos da etnografia, em sua maioria, e da arqueologia. Já o Cônego Amorim, ou João Pires do Amorim, foi capelão do Paço Imperial, professor da cadeira de Instrução Religiosa do Colégio Pedro II e vigário do Rio de Janeiro. Sua coleção inclui instrumentos musicais de “diversas tribos”. Certamente, o cônego deve tê-los obtido em algum aldeamento. Sobre o Major Martins Guimarães, encontramos apenas referências a ele – sempre sem indicação do primeiro nome – relativas a embarques em vapores que partiam da cidade de Campos rumo à Corte e vice-versa. Quanto ao personagem *Le Maistre, ministro da Alemanha*, não obtivemos qualquer informação.

Dentre os sete expositores, dois apresentaram coleções formadas a partir de conflitos diretos com os indígenas: o Barão de Teffé e o João Ferreira de Andrade Leite. Começamos pelo primeiro. Eram do almirante Antônio Luís von Hoonholtz, o Barão de Teffé: arcos, flechas, curabis, tacapes, zarabatanas, maracás, flautas, escudo, lanças, remos, vestimentas e outros objetos, conforme o *Guia da Exposição*. Todos pertenceram aos índios do Alto Amazonas e do Ucayale, localizados na fronteira entre o Brasil e o Peru. A aquisição desses objetos certamente decorreu da experiência do Barão na viagem por esta região quando chefiou em 1871 a comissão responsável pela demarcação da fronteira entre os dois países. Uma primeira comissão já havia sido criada nos anos 1860, mas foi fracassada, pois a resistência indígena impediu que a expedição de demarcação avançasse em direção ao rio Javari. O enfrentamento entre indígenas e integrantes da comissão chefiada pelo Barão de Teffé também foi intenso. Consta que a comissão foi acompanhada por *índios mansos* do Solimões e Ucayale e se envolveu em conflitos diretos com indígenas contrários à expedição. Do conflito, disse o Barão de Teffé que guardaria um diadema de penas brancas de um chefe tombado em combate “como uma lembrança do dia tão feliz para nós, uma vez que, sem perder um homem, nós, para a

nossa vitória de hoje, afirmamos a nossa supremacia nesta região de habitantes indomáveis da floresta.”<sup>8</sup> O diadema, neste caso, foi resignificado, tornando-se “troféu de guerra” e lugar de memória na narrativa vitoriosa.

Já João Ferreira de Andrade Leite era comerciante na Corte e adquiriu, não sabemos como, flechas de índios botocudos e as encaminhou para exibição na Exposição Antropológica. No *Guia* há o seguinte registro sobre essas flechas: “arrancadas do cadáver dissecado de Silvério da Costa Alecrim, morto pelos Botocudos na Lagoa Grande, a 21 léguas abaixo da Filadélfia, a 17 de Maio de 1882.”<sup>9</sup> Vimos que esse episódio de confronto ocorreu onde se construía a estrada de ferro Bahia-Minas. A construção teve início em 1881, quando o engenheiro Miguel de Teive Argolo junto com Carlos Theodoro de Bustamante e os comendadores Francisco de Paula Mayrink e José Pereira da Rocha Paranhos tornaram-se sócio proprietários deste empreendimento. Segundo Argolo, a ferrovia “une pontos longínquos povoados e separados por matas virgens ainda em poder das feras e do gentio bravio, onde ela vai implantar a civilização.”<sup>10</sup> As “feras”, a que se referiu o engenheiro, eram os índios genérica e pejorativamente chamados de botocudos que viviam naquela região e cuja selvageria atribuída estava disseminada no imaginário coletivo deste os tempos coloniais.

A modernidade e a civilização, neste caso representadas pela construção da ferrovia, levava a cabo o processo de ocupação do território indígena, o que ocorreu não sem luta, resistência e mortes. A imprensa, na época, noticiava os casos de violência. A morte de Silvério, o nosso personagem, foi amplamente divulgada nos jornais. Dizia-se que ao mata-lo, os “canibais” comeram o seu corpo e que foi Antônio Barboza Senna<sup>11</sup> quem o encontrou, recolheu as flechas e as entregou a um tal Dr. Martins, empreiteiro da ferrovia.

“Os índios, que ainda em estado selvagem habitam aquela parte da província de Minas, tem feito grande número de mortes (...). No dia 17 do passado, (...) Silvério da Costa Alecrim e alguns companheiros foram surpreendidos por grande número de flechas

---

<sup>8</sup> Alfred Marc. *Un Explorateur Brésilien: Deux mille kilomètres de navigation en canot dans un fleuve inexploré et complètement dominé par des sauvages féroces et indomptables*. Paris: Alcan-Lévy 1889.

<sup>9</sup> *Guia da Exposição Antropológica Brasileira*, 1882, p. 9.

<sup>10</sup> Miguel de Teive Argolo. *Memória Descritiva sobre a Estrada de Ferro Bahia e Minas*. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., 1883, p. 29. Apud Weber Bezerra Novais. *Bahiminas: lugar de memória na cidade de Teófilo Otoni*. Dissertação (Mestrado em História). Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2007.

<sup>11</sup> Na década de 1880, Antonio Barboza Senna foi administrador de recebedoria e suplente de juiz municipal em Filadélfia e em Teófilo Otoni.

e pedras ponteagudas, que de dentro do mato eram atiradas contra eles, algumas das quais, atravessando a Silvério, fizeram-o cair (...) e extraíndo-lhe toda a carne do seu corpo, levaram-na, provavelmente para comer (...).<sup>12</sup>

A mesma matéria segue publicando reclamações da sociedade mineira que, na época, acusava o governo da província de Minas Gerais de pouca reação frente aos “selvagens” sob o argumento de que os mesmos não conheciam a moral e a lei.

Em toda a extensão daquela via férrea tem havido grande número de mortos e os indígenas tem por vezes atacado os trens e desprendido carros roubando tudo quanto neles encontram. Os infelizes e perseguidos habitantes dos lugares a que nos temos referido, já se dirigiram ao presidente da província e autoridades, queixando-se e pedindo providências. A resposta tem sido sempre esta: os indígenas não tem responsabilidade moral dos seus atos, e por isso não podem ser punidos com a severidade da lei (...).<sup>13</sup>

Em outro jornal, que publica documentos oficiais da província de Minas Gerais, destaca-se que a condição de não cidadãos dos indígenas é que os livra dos preceitos da lei. Soma-se a isso a insuficiência de policiais para conter a ferocidade dos *selvagens*, cujo efetivo era aumentado com “o engajamento de alguns paisanos para auxilia-lo no serviço da polícia.”<sup>14</sup> Em ofício, o chefe de polícia dizia ao presidente da província que, diante de constantes ataques indígenas, ele havia tomado o depoimento de algumas testemunhas, “mas sem esperança alguma de serem punidos, porque atualmente constanos que, não sendo aqueles selvagens classificados cidadãos, não se encontram infelizmente em nossas leis artigo algum que a eles se refira.”<sup>15</sup>

Em outro ofício, o ministro da justiça do Império pede ao governo de Minas Gerais esclarecimentos sobre o assassinato de trinta indígenas em 26 de maio – uma semana depois da morte de Silvério –, denunciado por Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, conselheiro do Império. As autoridades mineiras, em resposta, disseram desconhecer o fato, não registrado em qualquer comunicação oficial ou particular da província e que haviam solicitado informações, “com toda brevidade, dando desde logo as providências

---

<sup>12</sup> Correria de Índios. *Correio Paulistano*, nº 7678, Ano XXVIII, de 12 de junho de 1882, p. 2.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Ofício de 13 de junho de 1882. *Liberal Mineiro*, n. 70, Ano V, de 15 de julho de 1882, p. 2.

<sup>15</sup> Ofício de 23 de maio de 1882. Idem.



para a punição dos delinquentes, caso tenha sido perpetrado o gravíssimo atentado.”<sup>16</sup> Infelizmente, não encontramos qualquer outro registro que esclareça a denúncia. De todo modo, fica explícito que combates violentos estavam sendo travados entre índios e não índios naquela região.

Se as práticas de colecionamento se deram em contextos de conflitos com as populações indígenas, elas também foram marcadas por negociações e trocas. É o caso, por exemplo, da coleção de objetos etnográficos formada pelo imperador Pedro II. Flechas, arcos, lanças, tacapes, maracás, patuás e muitos outros objetos de índios botocudos, Ipurinãs, Pareci, Arara, Cambebas, Karajá, Tembés e Parintintins constam no *Guia* como pertencentes ao monarca. Sabemos que nas viagens de Pedro II pelas províncias do Império, ele em geral recebia os súditos em audiências públicas nas sedes dos governos provinciais e circulava em aldeamentos indígenas. Segundo Silva, em 1860 índios Puris foram até ele no Palácio Anchieta, em Vitória. O imperador também esteve “em aldeias e vilas, conversou com os índios, tomou notas das línguas indígenas, elaborou vocabulários.”<sup>17</sup> Com os botocudos, por exemplo, ele os desenhou de próprio punho e fez o registro da língua Naknenuk. As viagens e o contato com os indígenas foram detalhadamente descritos em seu diário. Acreditamos que nestes encontros, objetos tenham sido dados ao imperador na forma de presentes.

Além dos expositores acima relacionados, Ladislau Netto, então diretor do Museu Nacional, também formou coleções indígenas, embora seu nome não conste no *Guia da Exposição*. Possivelmente, os objetos por ele reunidos foram registrados como pertencentes ao Museu Nacional, que aparece no *Guia* também como instituição expositora. Diferentemente das coleções supracitadas, que foram formadas em circunstâncias diversas, as de Ladislau foram coligadas especialmente para a Exposição Antropológica com a colaboração de indígenas. De acordo com a *Gazeta de Notícias*, Ladislau Netto trouxe do Pará

“objetos indígenas em grande parte adquiridos por si diretamente, quer em escavações (...), quer no meio de relações e permutas que

---

<sup>16</sup> Ofício de 14 de julho de 1882. Idem.

<sup>17</sup> Ana Paula da Silva. *O Rio de Janeiro continua índio: território do protagonismo e da diplomacia indígena no século XIX*. Tese (Doutorado em Memória Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016, p. 253.

estabeleceu com alguns aldeamentos, aonde, para melhor estudar os costumes dos aborígenes, teve de passar alguns dias”.<sup>18</sup>

O mesmo jornal noticiou que moldes de índios em papel machê representariam “remadores de duas ubás trazidas pelo Sr. Ladislau Netto do Amazonas e destinadas à Exposição”.<sup>19</sup> Não só ubás foram trazidas por Ladislau, mas também foi colocada em uma das salas da exposição “uma maloca do tuxaua do aldeamento Potiritá (...), maloca em que dormiu algumas noites o próprio Sr. Diretor do Museu e aonde pode reunir grande parte dos habitantes daquele aldeamento”.<sup>20</sup> A viagem de Ladislau ao Pará contou com o apoio de Domingos Soares Ferreira Penna, naturalista do Museu Nacional e diretor do Museu Paraense. Ambos fizeram escavações arqueológicas, circularam nas aldeias e permaneceram alguns dias junto aos indígenas.<sup>21</sup> A colaboração destes nas práticas de colecionamento de Ladislau fica evidente.

Resta-nos, ainda, os expositores Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque, Capitão Joaquim Lourenço, Carlos Affonso de Assis Figueiredo e Manuel Basílio Furtado. A expositora Amélia, futura Viscondessa de Cavalcanti, era uma colecionadora de objetos de natureza diversa, inclusive obras de arte. Amiga da família imperial, Amélia era uma dama da Corte, reconhecida como “mulher de letras” e bem relacionada com a alta sociedade.<sup>22</sup> Ela era casada com Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, prestigioso político que assumiu diversos cargos no Império, tais como presidente de província e ministro. No *Guia da Exposição Antropológica*, é de Amélia uma extensa e diversificada relação de objetos etnográficos e arqueológicos: arcos, flechas, tacapes, aljavas, buzinas, tambores, remos, pentes, colares, esteiras, balaios, machados, tembetás e muitos outros artefatos de índios do Mato Grosso, do Alto Amazonas e do Rio Uaupés. A quantidade e a raridade de sua coleção foram mencionadas por Ladislau, que deu a ela destaque entre os expositores, ao lado do já citado Barão de Teffé, indicando ambos merecedores de um agradecimento especial por parte do governo imperial.<sup>23</sup>

---

<sup>18</sup> *Gazeta de Notícias*, 1882, n. 72, p. 1. Biblioteca Nacional.

<sup>19</sup> *Gazeta de Notícias*, 1882, n. 152, p. 1. Biblioteca Nacional.

<sup>20</sup> *Gazeta de Notícias*, 1882, n. 2012, p. 1. Biblioteca Nacional.

<sup>21</sup> Nelson Sanjad. *A Coruja da Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

<sup>22</sup> As coleções de arte e história formadas por Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque estão hoje guardadas no Museu Mariano Procópio, que leva o nome do seu tio.

<sup>23</sup> Ofício do diretor geral Ladislau Netto ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 15 de novembro de 1882. Livro de Ofícios. Museu Nacional.

Provavelmente não foi Amélia a pessoa a ir até as aldeias indígenas coletar coisas. É possível que a atuação política do seu marido tenha favorecido a formação de sua coleção. Diogo Velho, enquanto ministro da agricultura, acompanhou a questão da demarcação, venda e fiscalização das terras devolutas através da Repartição das Terras Públicas, diretoria criada após a Lei de Terras e subordinada ao ministério que então ocupava. Também como ministro da agricultura, era de sua competência deliberar sobre navegação fluvial, catequese e *civilização* dos índios e construção de ferrovias, por exemplo.<sup>24</sup> Acreditamos que as redes estabelecidas por ele com os agentes a serviço do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas podem ter levado a família Cavalcanti de Albuquerque a reunir objetos etnográficos em sua coleção. Além disso, Diogo Velho tinha interesse na aquisição de objetos indígenas. No já citado *Relatório Anual de 1875 do Museu Nacional*, ele aparece como doador de duas múmias, um adulto e uma criança, retiradas da caverna da Babilônia e atribuídas aos índios Coroados.<sup>25</sup> Vale ressaltar que a caverna da Babilônia estava situada na Fazenda de Santana, propriedade da família de Amélia e da qual importante coleção arqueológica foi formada no Museu Nacional.<sup>26</sup> Nos registros documentais, é o seu marido quem aparece como doador ou mesmo como aquele que articula relações com o Museu Nacional, convidando a equipe da instituição para escavações na propriedade. Não sabemos se Amélia acompanhava de perto este trabalho.

Aliás, foi em escavações e expedições científicas que atuou outro expositor, o Manuel Basílio Furtado. Nos relatórios anuais do Museu Nacional e mesmo na imprensa há registros de coleções arqueológicas formadas por ele em diversos pontos de Minas Gerais na década de 1870. Painéis de barro, machado e outros artefatos de pedra, bem como pontas de flechas foram doadas por ele ao Museu.<sup>27</sup> O interessante é que no *Guia da Exposição Antropológica*, são dele lanças, arcos, flechas e remos dos índios não de Minas Gerais, mas do Amazonas. Tratam-se de objetos etnográficos dos Jauaperi – grupo

---

<sup>24</sup> Louise Gabler. A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891). *Cadernos Mapa. Memória da Administração Pública Brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, n.4.

<sup>25</sup> *Relatório do Museu Nacional ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. 1875.

<sup>26</sup> André Vieira Colombo e Ângelo Alves Corrêa. “Cavernas da Babilônia” narrativas e intervenções: vestígios funerários pré-coloniais na microrregião de Juiz de Fora. *Cadernos do Lepaarq*, v. XI, n. 21, 2014.

<sup>27</sup> *Relatórios do Museu Nacional ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. 1875 e 1877.

indígena que recebeu dos colonizadores o nome de um dos afluentes do Rio Negro, depois sendo chamado de Crichanás (atuais Waimiri-Atroari).

Nos documentos da época, os temidos índios Jauaperi foram registrados como extremamente violentos e hostis. Isso porque eles se mostravam resistentes ao avanço dos não índios sobre o território onde viviam. No relatório do presidente da província do Amazonas, datado de 1865, consta “casos de atrocidades praticados pelos selvagens do rio Yauapéry, afluente do Rio Negro, contra pacíficos habitantes do lago Carinaú.”<sup>28</sup> O relatório ainda traz uma estatística de crimes cometidos pelo grupo, desde o ano de 1857, e atribui à catequese o único recurso capaz de doma-los, já que a perseguição “lhes exacerbaria ainda mais a natural braveza.”<sup>29</sup> Indo de encontro a estas assertivas, temos os relatos de João Barbosa Rodrigues, personagem a quem é atribuída a *pacificação* dos Jauaperi em 1884. Escreveu Barbosa Rodrigues na *Revista da Exposição Antropológica*, publicada em 1882, que quando

“aparece um Yauapey aquele que o vê o mata, o que provoca a contínua guerra desses índios. (...) o descimento destes índios não tem por fim o roubo e o assalto, mas sim a procura por transações com os civilizados! Recebidos à bala, respondem à flecha, nisto não são bárbaros.”<sup>30</sup>

Não sabemos como o naturalista Manuel Basílio Furtado adquiriu os objetos que expôs na Exposição Antropológica. Em suas memórias, não há qualquer menção à viagem realizada ao Rio Negro.<sup>31</sup> O que sabemos é que, na segunda metade do século XIX, foi sobre o rio Jauaperi onde se registrou “a maior quantidade de informações sobre conflitos envolvendo as populações indígenas no rio Negro”<sup>32</sup>, muitos deles derivados da violência praticada por seringalistas que, atendendo a demandas internacionais para a

---

<sup>28</sup> *Relatório do Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda à Administração da Província do Amazonas*. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1865, p. 5. Biblioteca Nacional.

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> João Barbosa Rodrigues. *Tribu dos Uasahys*. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Tipografia de Pinheiro, 1882, p. 47. Biblioteca Nacional.

<sup>31</sup> Manoel Basílio Furtado (1884). *Memórias Fluminenses. Itinerário da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Itabapoana à Gruta das Minas do Castelo*. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora, 2014, 2ª ed.

<sup>32</sup> Benedito do Espírito Santo Pena Maciel. *Histórias Intercruzadas: projetos, ações e práticas indígenas e indigenistas na Província do Amazonas (1850-1889)*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2015.

produção da borracha, invadiam e conquistavam as terras indígenas.<sup>33</sup> A *pacificação*, longe de ter significado o contato harmonioso entre índios e não índios, consistiu em campanhas militares que resultaram em extermínio e submissão daqueles tidos como inimigos da civilização. Estar *pacificado* “designava comunidades que haviam sido vencidas militarmente.”<sup>34</sup> A coleção que Furtado adquiriu, possivelmente, foi coletada por intermédio de outros personagens que lá estiveram. Não à toa, sua coleção inclui arcos, lanças, flechas e remo, certamente utilizados na navegação do dito rio, por onde os guerreiros faziam as *correrias*.<sup>35</sup>

Quanto ao capitão Joaquim Lourenço de Sá Ribas, ele expôs apenas vasos de barro. A sua pequena coleção não minimiza a importância de sua ação junto às populações indígenas do Paraná. Ele assumiu vários cargos políticos e administrativos naquela província ao longo da década de 1860 e 1870, vindo a publicar em 1867 a *Descrição Geral da Província do Paraná*.<sup>36</sup> No ano de 1868, na condição de inspetor da tesouraria da fazenda, o capitão solicitou ao vice-presidente da província guardas para proteção a ataques de *índios selvagens*.<sup>37</sup> Cinco anos depois, agora como inspetor substituto, ele pediu ao presidente da província melhorias na estrada que ligava o aldeamento de São Pedro de Alcântara a Campos Gerais, além de recursos para ali instaurar dois novos engenhos de açúcar, a pedido do diretor do referido aldeamento, Timótheo de Castelnuovo.<sup>38</sup> Vale mencionar que o aldeamento de São Pedro de Alcântara ficava no norte da província, era ponto estratégico das forças militares que atuaram na Guerra do Paraguai e lugar de interação entre africanos e índios aldeados.<sup>39</sup>

---

<sup>33</sup> Verenilde Santos Pereira. *Violência e Singularidade Jornalística: o massacre da Expedição Calleri*. Tese (Doutorado em Comunicação). Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

<sup>34</sup> João Pacheco de Oliveira. *O Nascimento do Brasil e Outros Ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 326.

<sup>35</sup> Nome dado pelos colonizadores às ações bélicas dos indígenas. Nomeava também as expedições armadas conduzidas por seringalistas. Ver Maciel, 2015.

<sup>36</sup> J. Candido da Silva Muricy; F.A. Monteiro Tourinho; J. Lourenço de Sá Ribas. Descrição geral da província do Paraná: 1867. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.2, n.7, 1918, (p.89-101). Apud Larissa Rosevics. *O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a Construção de um Imaginário Regional*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

<sup>37</sup> *Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial (1853-1870)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007 (Coleção Pontos de Acesso, v. 3). Documento 1324.

<sup>38</sup> *Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial (1871-1892)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2009 (Coleção Pontos de Acesso, v. 4). Documento 154.

<sup>39</sup> Sobre o assunto, ver Marta Rosa Amoroso. *Catequese e Evasão. Etnografia do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)*. Tese (Doutorado em Antropologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998; Maicon Fernando Marcante. *A prática do compadrio entre africanos livres e índios*

Em 1881, Joaquim sugeriu ao presidente da província, a pedido do chefe de polícia, a utilização de índios da vila de Guarapuava, bons falantes da língua portuguesa, como praças dos destacamentos.<sup>40</sup>

Muito provavelmente, o colecionamento de objetos indígenas pelo capitão Joaquim Lourenço de Sá Ribas adveio de sua experiência como membro da administração do Paraná e seu interesse em exibir coleções antecedeu a Exposição Antropológica de 1882. Ele colaborou como expositor na Exposição Nacional de 1875, recebendo menção honrosa pela participação,<sup>41</sup> bem como integrou a comissão de organização da Exposição Brasil-Alemã realizada em 1881 no Rio Grande do Sul.<sup>42</sup>

Por fim, temos o expositor Carlos Affonso de Assis Figueiredo, personagem conhecido na historiografia por ser um defensor da restauração da monarquia. Formado em Direito, exerceu vários cargos políticos durante o Império, fez parte do Conselho do Imperador e foi o último presidente da província do Rio de Janeiro durante o Segundo Reinado, cargo a que renunciou quando proclamada a república pelos militares. Juntamente com a família imperial, Carlos Affonso e seu irmão, Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, foram exilados.

A coleção de Carlos Affonso inclui arcos e flechas dos índios Guaná do Mato Grosso. Não encontramos registros que corroborem seu contato com o grupo, embora aventemos a hipótese de que tal coleção tenha se derivado de operações militares. O que sabemos é que em 1882, ano da Exposição Antropológica, ele era Ministro de Guerra do Império e que seu irmão, o Visconde de Ouro Preto, foi Ministro da Marinha, tendo auxiliado anos antes o exército com operações navais durante a Guerra do Paraguai. A Guerra alterou profundamente o modo de vida dos Guaná. O território onde eles viviam era área de fronteira e, por isso, foi palco de batalhas. Aliados do governo brasileiro, os Guaná sofreram ataques e represálias por parte das tropas paraguaias e as aldeias, então existentes na região do conflito, se dispersaram.<sup>43</sup> Muitos se refugiaram nas matas da região. Outros se juntaram aos soldados das companhias militares e igualmente lutaram

---

Guarani no aldeamento São Pedro de Alcântara. *Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

<sup>40</sup> *Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial*, 2009, Doc. 944.

<sup>41</sup> Exposição Nacional. *Diário de Pernambuco*. Ano LII, n. 35, 14 de fevereiro de 1876, p. 8. Biblioteca Nacional.

<sup>42</sup> Exposição do Rio Grande do Sul. *Província do Paraná. Órgão democrático dedicado aos interesses da província*. Ano VI, n. 338, 12 de maio de 1881, p. 1. Biblioteca Nacional.

<sup>43</sup> Informações disponíveis no sítio eletrônico Povos Indígenas do Brasil, ligado ao Instituto Sócioambiental. < <https://pib.socioambiental.org>>.

na guerra pela defesa territorial.<sup>44</sup> Terminado o conflito, o antigo território dos Guaná foi expropriado e disputado por novos proprietários, em geral oficiais desmobilizados do exército brasileiro e comerciantes que lucraram com a guerra e permaneceram na região.

O que temos aqui são fragmentos de histórias variadas que se ligam por meio dos objetos reunidos em coleções, depois transformados em acervo de um museu nacional. O envolvimento de indígenas – ora marcado por conflito, ora marcado por colaboração – nas situações de conquista e avanço sobre territórios, das quais resultaram em práticas de colecionamento, possibilita-nos tomar os objetos como índice do encontro e, por meio deles, entender a história do contato entre índios e não índios nos oitocentos, tempo em que a política indigenista estava pautada em meios brandos, de catequização como projeto civilizatório, e em práticas de guerra, com escravização e extermínio, tendo como pano de fundo o debate sobre a possibilidade de civilização dos índios e de torna-los úteis ao desenvolvimento nacional.<sup>45</sup>

Mas, se as coleções etnográficas são portadoras de histórias de contato, a sua exibição em museus nem sempre é reveladora destas histórias. Ao contrário, ela reforça o apagamento das narrativas oriundas das experiências de colecionamento numa verdadeira anistia da violência decorrente da conquista e “impondo a invisibilidade etnográfica da tutela”<sup>46</sup>, em prol do caráter exemplar e autêntico conferido às peças. No museu, os objetos perdem seu dinamismo social e são ordenados em vitrines para encantamento do observador, objetificando culturas e tornando-se expressão naturalizada de entidades sociais. Nas salas da Exposição Antropológica Brasileira de 1882, os objetos foram reagrupados para conformação de uma linguagem expositiva que privilegiasse as ciências do homem em desenvolvimento no Museu Nacional. O que se pretendia era dar a ver objetos classificados como etnográficos, antropológicos e arqueológicos dos *primitivos* habitantes do Brasil, extintos ou *remanescentes*, legitimando assim as práticas científicas da instituição e construindo uma narrativa sobre a nação.

---

<sup>44</sup> Marli Auxiliadora de Almeida. *Índios Fronteiriços: a política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

<sup>45</sup> João Pacheco de Oliveira. Regime Tutelar e Povos Indígenas: a construção de uma alteridade vigiada. In: CARBÓ, Eulália Ribera, VARGAS, Hector Mendonza e MARTIN, Pere Sunyer (coord.). *La Integración del Territorio en una idea de Estado. México y Brasil, 1821-1946*. México: UNAM-Instituto de Geografía/Instituto de Investigaciones, 2007.

<sup>46</sup> João Pacheco de Oliveira, 2016.



**Marc Ferrez, 1843-1923**

Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena, 1882.  
Biblioteca Nacional

### **Da circulação de indígenas no Museu Nacional**

A circulação de indígenas no espaço museológico antes e durante a Exposição Antropológica Brasileira de 1882 foi marcante. Temos o caso do grupo de índios botocudos trazido para se apresentar ao público da Corte durante o evento. O presidente da província do Espírito Santo, Inglês de Souza, os ludibriou, fazendo-os acreditar que iam para o Rio Doce, onde viviam, quando na verdade estavam sendo deslocados para o Rio de Janeiro, acompanhados por um intérprete, “sem o qual não andam”, um fotógrafo e um engenheiro. Em ofício ao diretor do Museu Nacional, disse Inglês de Souza que se tratava de um grupo de botocudos “dos mais curiosos”:

“Essa família dará aos visitantes da Exposição uma ideia muito exata do que são os índios do Rio Doce (...). Duas das mulheres tem o tradicional botoque. São índios mutuns, família, segundo creio, da nação Aymoré. Cantam e dançam de modo muito curioso e tocam gaita pelo nariz (...) Alguns já falam alguma coisa do português, outros nada (...)”<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> Ofício do presidente da província do Espírito Santo ao diretor do Museu Nacional em 28 de junho de 1882. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pasta 21 Doc. 121. MN.DR.AO.



Benta, Joaquim Pedro, Thomé, Tomaré, Nazareno e uma outra indígena formavam o grupo que deveria entreter o público com danças e cantos. A presença dessas pessoas causou grande euforia na Corte, que ficou afoita para vê-las. Uma multidão foi ao Museu Nacional, segundo os relatos da imprensa, ver a exposição e, sobretudo, os *selvagens*. Segundo a *Revista Ilustrada*:

“Tanto interesse pela ciência espanta-me; mas eu acabo por verificar que toda essa curiosidade dos visitantes é apenas para ver índios. Com efeito, apenas entrados, percorrem, olham, caçam... Nada de índios, além de alguns de papelão, que não satisfazem totalmente a cobiça pública.

Reclamações, protestos, movimento já de partida... Um gaiato lembra-se de espalhar que os índios estão escondidos nos aposentos do diretor do Museu; e eis os aposentos particulares do Dr. Ladislau Netto invadidos até a cozinha.

Procuram, caçam, varejam toda a casa... Os índios, coitados, corridos da selvageria fluminense, há muito já se tinham ido refugiar em São Cristóvão, junto ao grande cacique.”<sup>48</sup>

Segundo a *Gazeta de Notícias*, “Continua a ser extraordinária a quantidade de pessoas que visitam aos domingos os salões da Exposição Antropológica, onde mal se podem mover, nada vendo do que vão ver.”<sup>49</sup> Na edição da semana anterior, o mesmo jornal informava: “Foi ontem tão numerosa a concorrência da exposição antropológica, que foi necessário por vezes proibir a entrada.”<sup>50</sup> Os salões do Museu foram insuficientes para abrigar a todos:

“A multidão que ontem visitou a Exposição Antropológica foi imensa, tendo o Sr. Diretor do Museu sido obrigado a mandar suspender algumas vezes e por alguns minutos a entrada da onda do povo, para o qual não havia capacidade suficiente nos salões da Exposição.”<sup>51</sup>

Manter os indígenas do Rio Doce na Corte não foi tarefa fácil. Documentos oficiais registraram a insistência do grupo em não permanecer ali. O ministro da agricultura, na época, escreveu ao diretor do Museu Nacional, recomendando-lhe, em

---

<sup>48</sup> *Revista Ilustrada*, 1882, n. 310, p. 6. Biblioteca Nacional.

<sup>49</sup> *Gazeta de Notícias*, 1882, Ano VIII, n. 225, p. 1. Biblioteca Nacional.

<sup>50</sup> *Gazeta de Notícias*, 1882, Ano VIII, n. 218, p. 1. Biblioteca Nacional.

<sup>51</sup> *Gazeta de Notícias*, 1882, Ano VIII, n. 211, p. 1. Biblioteca Nacional.

ofício, que fosse “feita a distribuição de alguns brindes aos índios (que poderá ser feita à conta da catequese) para aquietá-los até a Exposição Antropológica do Museu.”<sup>52</sup> Certamente conscientes da condição humilhante a qual estavam sendo submetidos ou talvez até mesmo temendo pela segurança de suas vidas, os indígenas podem ter condicionado sua presença na Corte a alguma contrapartida. Não à toa, foram hospedados no palácio do imperador. A imprensa não relatou mais que uma apresentação na Quinta da Boa Vista e todos retornaram ao Espírito Santo em 2 setembro, dois meses antes do fim da exposição.<sup>53</sup>

Exames experimentais com os botocudos, do mesmo modo, estiveram na programação do evento. Valendo-se de sua presença na Corte, João Batista de Lacerda<sup>54</sup> os submeteu a testes laboratoriais a fim de avaliar, por meio de atributos físicos, seu potencial para o mundo *civilizado*. Tais estudos reforçaram a condição *selvagem* do indígena, disseminada no Brasil desde os tempos coloniais. A força muscular e a capacidade visual e auditiva foram analisadas com instrumentos científicos específicos, cujos resultados “provaram”, por meio de uma linguagem matematizada e, portanto, “objetiva”, a inaptidão do indígena para o trabalho e para as artes. Vale ainda ressaltar que, durante os testes, um dos botocudos foi submetido ao choque elétrico a fim de que Lacerda avaliasse sua reação frente “às forças ocultas.”<sup>55</sup>

Tamanho interesse pelos botocudos advém da imagem negativa, de feracidade e selvageria, atribuída desde os tempos da colonização aos índios de diversas filiações linguísticas não Tupi – ou Tapuias – localizados no Espírito Santo e Minas Gerais e usuários dos botoques (discos de madeira) labial e auricular. Diferentemente do Tupi, que representava a matriz de nacionalidade, o índio do romantismo, aliado dos colonizadores, o nobre guerreiro, porém extinto devido à miscigenação com os portugueses, o Tapuia era o inimigo, o índio contemporâneo. Ele representava o índio antropófago, “o traiçoeiro selvagem dos sertões que atrapalhava o avanço da

---

<sup>52</sup> Ofício do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas ao diretor do Museu Nacional em 26 de julho de 1882. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pasta 21 Doc. 148. MN.DR.AO.

<sup>53</sup> Fátima Regina Nascimento. *A Imagem do Índio na Segunda Metade do Século XIX*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

<sup>54</sup> Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi subdiretor da 1ª Seção do Museu Nacional (Antropologia, Zoologia e Anatomia) e do Laboratório de Fisiologia do Museu.

<sup>55</sup> João Batista de Lacerda. *Fastos do Museu Nacional: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas*: Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

civilização.”<sup>56</sup> O discurso cientificista da segunda metade do século XIX veio reforçar a ideia de primitividade que lhes era atribuída, ao qualifica-los como os descendentes diretos da raça mais atrasada que já habitara o Brasil. Eram os botocudos os remanescentes selvagens, a evidência da vida primitiva de outros tempos e que, considerando o progresso nacional em curso e sua inaptidão para o mundo contemporâneo, estariam fadados à extinção. Nesse sentido, exhibir pessoas que corporificavam tamanha brutalidade e feracidade tornou-se um interessante espetáculo.

Mas, não foram apenas os botocudos que vieram à Corte para apresentação na Exposição Antropológica e sujeição aos estudos da antropologia física. A *Gazeta de Notícias* noticiou a espera pela chegada de índios do Paraná e os Coroados do Sul: “Todos esses índios se prestarão a estudos antropológicos e filológicos, dando ao mesmo tempo grande animação à Exposição com suas danças e cantigas acompanhadas ao som do maracá”.<sup>57</sup> Sobre estes desconhecemos as circunstâncias de deslocamento para Corte.

Tivemos também a presença dos índios Xerente no Museu já no planejamento da Exposição. Um cacique, sua mulher e outros três homens

estão sendo examinados debaixo de diferentes pontos de vista para os subsídios da próxima Exposição Antropológica Brasileira do Museu Nacional. Assim, ao passo que são estudados estes indígenas quanto à forma de sua cabeça e estrutura de seus corpos pelo Sr. Dr. Lacerda, o Sr. Diretor do Museu registra-lhes as frases e o vocabulário (...) Num destes dias prestaram-se de bom grado a cantar algumas cantigas da sua tribo (...) e pediram ao Sr. Diretor do Museu que lhes desse maracás (...).<sup>58</sup>

Índigenas Cayapó, Ipurinã e Chamacôco também estiveram na Corte. Juntamente com os já citados botocudos, eles foram pintados a óleo por Décio Villares e Francisco Aurélio de Figueiredo, ambos contratados pelo Museu Nacional para retrata-los, cujas obras foram alocadas em uma das salas da Exposição Antropológica. O caso do indígena Cayapó retratado, de nome Anhorô, merece relevo. Ele foi o guarda da Exposição Antropológica, segundo o *Guia da Exposição*. Ao consultarmos os dicionários da época, notamos que categoria *guarda* possui extensa descrição, da qual extraímos aquelas que nos interessam mais de perto.

---

<sup>56</sup> John Monteiro. As Raças Indígenas no Pensamento Brasileiro do Império. In: Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 16.

<sup>57</sup> *Gazeta de Notícias*, 1882, n. 178, p. 1. Biblioteca Nacional.

<sup>58</sup> *Gazeta de Notícias*, 1882, n. 360, p. 1. Biblioteca Nacional.



Anhorô, indígena Cayapó, guarda da Exposição Antropológica.  
Pintado a óleo ao natural por Décio Villares, 1882.  
Seção de Museologia/Museu Nacional

De acordo com o *Diccionario da Língua Portuguesa* de Antonio de Moraes Silva, guarda é “a pessoa que tem a vigiar alguma coisa”, mas é também “tutor, curador”. Para *tutor*, o mesmo dicionário descreve ser aquele que “está encarregado de uma tutoria, ou tutela de menores ou interdictos, cumprindo-lhe guardar, defender e proteger a pessoa e administrar os bens do tutelado.” Já *curador* é “o que tem cuidado, e administração dos bens (...)”.<sup>59</sup> Examinamos também o *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa* do Frei Domingos Vieira. Ali, *guarda* significa “pessoa encarregada de fiscalizar alguma coisa ou pessoa, e olhar pela sua conservação e bem estar” ou ainda “empregado encarregado da guarda de certos depósitos – guarda *dos móveis da corôa*.”<sup>60</sup> Aqui também aparece “tutor, curador, protetor, patrono” como sentido atribuído ao termo.

Sabemos que, para a Exposição Antropológica Brasileira, dez praças da Polícia da Corte foram solicitados a fim de “manterem a ordem enquanto se conservar aberta a Exposição Antropológica Brasileira.”<sup>61</sup> Como Anhorô não integrava os quadros da Polícia, a sua função era outra e não a de prover a segurança. Constatamos na nossa

<sup>59</sup> Antonio de Moraes Silva. *Diccionario da Língua Portuguesa*. 9ª ed. Rio de Janeiro/Lisboa: Empreza Litteraria Fluminense, 1877. v. II.

<sup>60</sup> Dr. Frei Domingos Vieira. *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*. Porto: E. Chardron e B. H. de Moraes, 1874. v. I.

<sup>61</sup> Ofício do diretor geral Ladislau Netto ao Tenente Coronel Antônio Germano de Andrade Pinto, comandante geral do Corpo Militar da Polícia da Corte em 26 de julho de 1882. Livro de Ofícios. Museu Nacional.

pesquisa que Anhorô viveu na região dos rios Bonito e Verde, sul de Goiás, e que estudou no Colégio Isabel, situado em Leopoldina – hoje Aruanã. O colégio foi fundado em 1871 e era destinado a crianças indígenas “que povoam as margens do Araguaia. Admite menores de ambos os sexos, e os educa, conservando-lhes o uso das línguas das tribos a que pertencem, para, assim, habilita-los a servirem de intérpretes”.<sup>62</sup> Ali, pretendia-se *civilizar* as crianças de diversas etnias, como Kaiapó, Tapirapé, Karajá, Xavante, Gorotiré, Guajajara e Xerente, transformando-as em trabalhadores nacionais. Para isso, o uso da violência, rapto e aprisionamento das crianças matriculadas foi relatado nos documentos da época.<sup>63</sup>

Anhorô, depois de ter estudado no Colégio Isabel, com cerca de 20 anos de idade seguiu para o Rio de Janeiro acompanhando Aristides Spínola, ex-presidente da província de Goiás e deputado na Assembleia Legislativa do Império em 1882. Foi Spínola quem o recomendou a Ladislau Netto, dizendo se tratar de um indígena “muito atencioso, de excelente comportamento”, que se encontrava “desocupado durante o dia”<sup>64</sup> e que, por isso, poderia ser ocupado nos trabalhos da Exposição Antropológica. Desconhecemos sob quais condições Spínola trouxe Anhorô para a Corte. Também desconhecemos o que significava para Spínola “estar desocupado”. O que fica manifesto para nós é a relação de *patronagem* assinalada entre eles, a qual se configura por uma forma de trabalho consolidada “não por contratos e salários, mas por vínculos pessoais, acordos e parcerias, raramente escritos e facilmente manipuláveis.”<sup>65</sup>

A relação de Spínola com populações indígenas é cercada de relatos dramáticos. Em Goiás, Spínola profanou objetos sagrados dos Karajá ao invadir uma das aldeias para apanhar máscaras.<sup>66</sup> Ele também se valeu de intérpretes do Colégio Isabel em incursões entre os Karajá. Como registrado no seu relatório de exploração do rio Araguaia, de 1880, seu intérprete Jurivé, ex-aluno do referido colégio, o acompanhou nas visitas às aldeias e chorou ao reencontrar seus familiares. Ainda no mesmo registro, disse Spínola

---

<sup>62</sup> *Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1876 apresentado à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1877, p. 484. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1962/000493.html>>.

<sup>63</sup> Joel Orlando Bevilaqua Marin. A formação de trabalhadores brasileiros: a experiência do Colégio Isabel. *História Unisinos*, 13 (2): 154-167, 2009. p. 157.

<sup>64</sup> Carta de Aristides Spínola a Ladislau Netto de 12 de julho de 1882. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pasta 21. Doc. 138.

<sup>65</sup> João Pacheco de Oliveira, 2016, p. 25.

<sup>66</sup> Rafael Santana Gonçalves de Andrade. *Os Huumari, o Obi e o Hyri: a circulação dos entes no cosmo Karajá*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2016.

ter usado uma banda musical como um “inocente instrumento de conquista” junto aos índios e que estes, devido às notícias de aprisionamento no Colégio Isabel, escondiam suas crianças das vistas dos cristãos:

“Ao aproximar-se o vapor da praia correm os meninos para o mato, onde os pais os mandam esconder. (...) Procurei fazer desaparecer esse receio e consegui que em muitos lugares fossem chamadas as crianças que estavam escondidas. Muitas tremiam e agarravam-se às mães pensando que eu queria arranca-los d’aldeia. Ao chegar entre eles era preciso gritar: - *Idira como que! Brebucomo que!* Não corram! Não fujam! Depois agradava muito aos pequenos e lisonjeava as mães dizendo que os filhos eram bonitos.”<sup>67</sup>

É possível que Anhorô tenha sofrido a perda de seus laços familiares e o distanciamento do território onde vivia. Vivendo entre os colonizadores, precisou se reinventar, o que nos faz pensar sobre os limites e possibilidades de suas escolhas e estratégias de sobrevivência, em Goiás e na Corte. No Museu Nacional do Rio de Janeiro, Anhorô foi o *guarda* da Exposição e trabalhou ali por, pelo menos, mais três anos, desempenhando o papel de zelador, cuidador das coleções expostas e mediador entre o público (homens de ciência, indígenas que por lá circularam e demais visitantes) e as coisas, orientando-os acerca dos usos dos objetos. Em 1885, Ladislau Netto, ao discorrer sobre a pré-história da América do Sul, citou Anhorô para explicar o uso de tembetás entre os indígenas do vale do Tocantins e do Araguaia.

“Segundo informações que tenho do índio Anhorô, Cayapó inteligente e atualmente empregado neste Museu, adornam-se de tembetás os Cayapós, que habitam quase todo o vale do Araguaia, os Javohés (sub-tribo Carajá), povoadores da ilha do Bananal, os Chambeoás, os Cherentes e os Jorés, que ocupam o baixo Araguaia, os Poré-Kôres, os Carajás e os Chavantes, encontrados ao longo do Araguaia e do alto Tocantins. Os Pinnagés, denominados Uabinonres pelos Cayapós, conquanto tenham um ou outro representante ornado de tembetá, usam de preferência do disco de madeira, a exemplo dos Botocudos do Rio Doce.”<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> Aristides de Souza Spínola. *Estudo sobre os índios que habitam as margens do Rio Araguaia. Relatório de Exploração*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880, p.43.

<sup>68</sup> Ladislau Netto. Pré-História Sul-Americana. Pedras Verdes. *Jornal do Comércio*, 1885, n. 128, p. 2. Biblioteca Nacional.

Embora Ladislau informe na imprensa que Anhorô estava *empregado* no Museu, não encontramos qualquer documento que formalize o seu emprego na instituição. É possível que a categoria *guarda* nos revele um outro uso do termo: definição administrativa para um trabalho não regulamentado no Museu Nacional. Tratava-se de um trabalho de identificação de objetos sendo exercido por um indígena *civilizado* atuando como mediador. Se antes a condição de Anhorô frente a Spínola configurava uma relação de *patronagem*, o que temos agora é o Estado, na figura do Museu Nacional, a fazer uso do seu trabalho de maneira, ao que parece, recorrente e informal.

Na mesma publicação, Ladislau afirmou em nota que Anhorô escrevia e lia corretamente o português e que conhecia alguns dialetos aprendidos no colégio de Leopoldina, quando conviveu com crianças de diferentes grupos indígenas. O domínio dessas línguas o tornava, segundo Ladislau, apto para os projetos do governo relativos à catequese, caso o quisesse neste trabalho.<sup>69</sup> Mas, se a língua era usada como instrumento de dominação, ela também pode ser empregada como elemento de negociação ao permitir que indígenas dessem a conhecer (ou não) os usos dos seus objetos e os nomes que atribuíam às coisas. A qualificação das coleções por indígenas num museu colonial em fins do século XIX, apesar de surpreendente, não nos parece absurda. Já em 1870 Ladislau Netto recorreu a indígenas para identificar coleções:

“No Museu Nacional estiveram há pouco três índios da província de Goiás, a quem perguntamos se conhecia estes instrumentos que supúnhamos de guerra. Um deles, por intermédio do intérprete que os acompanhava, disse-nos que eram estranhos a sua tribo, mas que afirmava serem gaitas de festas e no-lo provou tirando, ora de um, ora de outro, sons maviosíssimos que nos lembraram imediatamente o chamado e o canto plangente das rolas do sertão, e tanto mais nos enlevou aquele tocar do índio quanto em vão tentamos tirar depois o menor som destas gaitas.”<sup>70</sup>

A presença de indígenas no Museu Nacional na década de 1870 e 1880 nos leva a refletir sobre os usos que os representados fizeram daquele espaço e o sentido que lhe atribuíram. Sem negar as situações de violência e constrangimentos a que foram submetidos, acreditamos que os indígenas em certas ocasiões agiram com relativa

---

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> Ladislau Netto, 1870, p. 272.

autonomia, fizeram escolhas e foram imprescindíveis para o desenrolar das práticas científicas executadas no Museu Nacional. Ali, as relações estabelecidas resultaram em um jogo complexo de forças marcado não pelo simples controle dos homens de ciência sobre os indígenas a responderem passivamente às suas demandas, mas por interesses e concessões numa relação de *reciprocidade assimétrica*. Para Clifford, as *reciprocidades assimétricas* consistem na relação desigual de poder entre representado e representante podendo haver processo mútuo de exploração e apropriação.<sup>71</sup> Isso porque as relações estabelecidas no museu envolvem disputas que podem ir além da representação, transformando-o em um lugar de ação política. Nesse sentido, acreditamos que, ao manipular as coleções do Museu, explicando os usos dos objetos, tocando alguns instrumentos de música ou ainda sendo *guarda* do acervo, os indígenas tenham se apropriado daquele espaço para atender a seus próprios interesses. Por compartilharem com os diretores e subdiretores do Museu os saberes acerca das coletividades a que pertenciam, a sua participação nas práticas científicas daquela instituição, ainda que de modo desigual, não pode ser apagada.

### **Algumas considerações**

A escrita da história, ao longo do século XIX, tratou de invisibilizar a presença indígena por meio de um regime de memória que lhes renegou o protagonismo e os deixou à margem dos atos históricos conformadores da nacionalidade.<sup>72</sup> Ademais, as populações indígenas, por não possuírem a historicidade própria da cultura histórica oitocentista – escrita, monumentos, marcos temporais –, a civilização lhes foi subtraída. O controle e o registro do tempo eram um atributo do mundo civilizado.<sup>73</sup> Os homens de ciência, então, buscavam na arqueologia e na etnografia informações sobre o passado dos povos sem escrita e, logo, sem história.

Aí, o colecionismo assumiu capital importância porque se presumia ser possível, por meio das coleções, fazer um inventário dos grupos humanos e, assim, ter acesso aos modos de ser, fazer e pensar dos indígenas, contemporâneos e extintos. A importância do colecionismo era dupla: primeiro, contribuía para esquadrihar a população e o território,

---

<sup>71</sup> James Clifford. *Museus como zonas de contato*. *Periódico Permanente*, 6, 2016.

<sup>72</sup> Pacheco de Oliveira, 2016.

<sup>73</sup> Manoel Salgado. *História e natureza em Von Martius: esquadrihando o Brasil para construir a nação*. *História Ciência Saúde – Manguinhos*, 7(2), 2000.



marcando a singularidade do Brasil no rol das nações civilizadas. “Mapas, plantas, cartas topográficas e corográficas foram elaboradas; informações estatísticas foram levantadas procurando-se articular a riqueza de cada uma das províncias às necessidades do governo.”<sup>74</sup> Segundo, os objetos funcionavam como arquivo, especialmente num tempo em que a extinção dos indígenas era uma verdade consolidada. Miscigenados ou exterminados, o destino previsto para os indígenas do Brasil era o desaparecimento. Enquanto arquivo, as coleções guardariam informações para o futuro e traziam, concomitantemente, elementos sobre o passado, podendo responder às questões da ciência, especialmente aquelas relativas à origem e evolução do homem na América que tanto acalorou os debates entre monogenistas e poligenistas ao longo do século XIX. Respostas sobre migrações ou núcleos autônomos de povoamento no continente poderiam ser encontradas nos estudos comparativos de coleções arqueológicas, antropológicas e etnográficas.

A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 resultou num esforço de divulgação do conhecimento que se produzia no Museu Nacional. Enquanto “festival da ciência”, como caracterizou Ladislau Netto, a Exposição expressou no *nativismo*, à semelhança das manifestações artísticas do romantismo, a origem da nação. Mas, se o romantismo se remetia ao índio pretérito, a Exposição deu a ver o índio contemporâneo, levando-o ao Museu, ele e seus objetos, revelando as conquistas e os limites do projeto civilizatório em curso. Ao exibir o índio concreto e recriar no ambiente expositivo a materialidade da vida *selvagem*, afirmava-se seu desaparecimento frente aos efeitos civilizadores do Império e, paradoxalmente, sua existência em território nacional.

Buscamos no nosso trabalho levantar elementos que nos permitam entender a participação dos indígenas nas práticas científicas desenvolvidas no Museu Nacional e as interações estabelecidas entre eles e demais atores sociais a serviço do Império. Nossa preocupação foi compreender de que modo, no mundo colonial, os indígenas constituíram relações, estratégias, performances que desembocaram em resistências e adaptações, examinando, como escreveu Pacheco de Oliveira, “as múltiplas formas de agência e participação que as populações autóctones tiveram na construção da nação.”<sup>75</sup> Se tal participação, como aponta a historiografia, foi marcada pela expansão territorial e

---

<sup>74</sup> Maria Margaret Lopes. *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 2009, 2ª ed, p. 91.

<sup>75</sup> João Pacheco de Oliveira, 2016, p. 7.

pela força de trabalho, o que trazemos aqui é o papel de mediadores desempenhado por eles no Museu, seja como intérpretes, seja qualificando coleções etnográficas.

Tomamos, portanto, as coleções como ponto de partida para histórias da conquista e das práticas de representação. Nosso interesse é entender como, a partir das coisas, relações sociais se constituíram, discursos científicos se projetaram e, fundamentalmente, regimes de representação sobre populações se conformaram em fins dos oitocentos, quando os museus eram os espaços produtores de conhecimento. Nesse ponto, a Exposição Antropológica Brasileira é, como vimos, um caso emblemático.

---

## **FONTES**

### Manuscritos

Carta de Aristides Spínola a Ladislau Netto de 12 de julho de 1882. Pasta 21. Doc. 138. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Museu Nacional.

Ofício do Presidente da Orovíncia do Espírito Santo ao diretor do Museu Nacional em 28 de junho de 1882. Pasta 21 Doc. 121. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Museu Nacional.

Ofício do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas ao diretor do Museu Nacional em 26 de julho de 1882. Pasta 21 Doc. 148. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Museu Nacional.

Ofício do diretor geral Ladislau Netto ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 15 de novembro de 1882. Livro de Ofícios. Museu Nacional.

Ofício do diretor geral Ladislau Netto ao Tenente Coronel Antonio Germano de Andrade Pinto, comandante geral do Corpo Militar da Polícia da Corte em 26 de julho de 1882. Livro de Ofícios. Museu Nacional.

### Impressos

*Correio Paulistano*. Biblioteca Nacional.

*Diário de Pernambuco*. Biblioteca Nacional.

*Gazeta de Notícias*. Biblioteca Nacional.

*Jornal do Comércio*. Biblioteca Nacional.

*Liberal Mineiro*. Biblioteca Nacional.

*Província do Paraná. Órgão democrático dedicado aos interesses da província*.  
Biblioteca Nacional.

*Revista Ilustrada*. Biblioteca Nacional.

*Relatórios Anuais do diretor do Museu Nacional ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. 1874, 1875 e 1877. Museu Nacional.

*Relatório do Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda à Administração da Província do Amazonas*. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1865.  
Biblioteca Nacional.

*Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1876 apresentado à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1877.

#### Livros e revistas

FURTADO, Manoel Basílio (1884). *Memórias Fluminenses. Itinerário da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Itabapoana à Gruta das Minas do Castelo*. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora, 2014, 2ª ed.

*Guia da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1882.

LACERDA, João Batista de. *Fastos do Museu Nacional: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autenticos e informações verídicas*: Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

MARC, Alfred. *Un Explorateur Brésilien: Deux mille kilomètres de navigation en canot dans un fleuve inexploré et complètement dominé par des sauvages féroces et indomptables*. Paris: Alcan-Lévy 1889.

NETTO, Ladislau. *Investigações Históricas e Científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Filomático, 1870.

\_\_\_\_\_. Pré-História Sul-Americana. Pedras Verdes. *Jornal do Comércio*, 1885, n. 128, p. 2.

*Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Tipografia de Pinheiro, 1882. Biblioteca Nacional.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. 9ª ed. Rio de Janeiro/Lisboa: Empreza Litteraria Fluminense, 1877. v. II.

SPÍNOLA, Aristides de Souza. *Estudo sobre os índios que habitam as margens do Rio Araguaia. Relatório de Exploração*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880.

VIEIRA, Dr. Frei Domingos. *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*. Porto: E. Chardron e B. H. de Moraes, 1874. v. I.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. *Índios Fronteiriços: a política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e Evasão. Etnografia do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)*. Tese (Doutorado em Antropologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

ANDRADE, Rafael Santana Gonçalves de. *Os Huumari, o Obi e o Hyri: a circulação dos entes no cosmo Karajá*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2016.

*Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial (1853-1870)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007 (Coleção Pontos de Acesso, v. 3)

*Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial (1871-1892)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2009 (Coleção Pontos de Acesso, v. 4).

CLIFFORD, James. Museus como zonas de contato. *Periódico Permanente*, 6, 2016, p.1-37.

COLOMBO, André Vieira e CORRÊA, Ângelo Alves. “Cavernas da Babilônia” narrativas e intervenções: vestígios funerários pré-coloniais na microrregião de Juiz de Fora. *Cadernos do Lepaarq*, v. XI, n. 21, 2014.

GABLER, Louise. A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891). *Cadernos Mapa - Memória da Administração Pública Brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, n.4.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 2009, 2ª ed.

MACIEL, Benedito do Espírito Santo Pena. *Histórias Intercruzadas: projetos, ações e práticas indígenas e indigenistas na Província do Amazonas (1850-1889)*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2015.

MARCANTE, Maicon Fernando. A prática do compadrio entre africanos livres e índios Guarani no aldeamento São Pedro de Alcântara. *Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. A formação de trabalhadores brasileiros: a experiência do Colégio Isabel. *História Unisinos*, 13 (2): 154-167, 2009.

MONTEIRO, John M. As Raças Indígenas no Pensamento Brasileiro do Império. In: Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

NASCIMENTO, Fátima Regina. *A Imagem do Índio na Segunda Metade do Século XIX*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

NOVAIS, Weber Bezerra. *Bahiminas: lugar de memória na cidade de Teófilo Otoni*. Dissertação (Mestrado em História). Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2007.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. O Retrato de um Menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. *Revista Tempo*, v. 12, n. 23, Jul-Dez 2007.

\_\_\_\_\_. Regime Tutelar e Povos Indígenas: a construção de uma alteridade vigiada. In: CARBÓ, Eulália Ribera, VARGAS, Hector Mendonza e MARTIN, Pere Sunyer (coord.). *La Integración del Territorio en una idea de Estado. México y Brasil, 1821-1946*. México: UNAM-Instituto de Geografía/Instituto de Investigaciones, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Nascimento do Brasil e Outros Ensaio: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PEREIRA, Verenilde Santos. *Violência e Singularidade Jornalística: o massacre da Expedição Calleri*. Tese (Doutorado em Comunicação). Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*, v. 4, 1996.

ROSEVICS, Larissa. *O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a Construção de um Imaginário Regional*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

SALGADO, Manoel. História e natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História Ciência Saúde – Manguinhos*, 7(2), 2000, p. 391-413.

SANJAD, Nelson. *A Coruja da Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

SILVA, Ana Paula da. *O Rio de Janeiro continua índio: território do protagonismo e da diplomacia indígena no século XIX*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016. Tese (Doutorado em Memória Social).